

Brazilian Journal of health Review

Dificuldades enfrentadas para a implementação da política nacional de saúde integral LGBT

Difficulties covered for the implementation of the nacional LGBT integral health policy

DOI:10.34119/bjhrv2n6-021

Recebimento dos originais: 27/10/2019

Aceitação para publicação: 11/11/2019

Suellen Daves Cardona Fernades Farias

Enfermeira UniFavip | Wyden

End. Rua José Victor Albuquerque, n. 134 - Vila Kennedy - Caruaru- PE
suellencardona@gmail.com

Raiza Raiane Silva Ribeiro

Enfermeira UniFavip | Wyden

End. Rua São Roque, n. 152 - Nossa Senhora das Dores - Caruaru- PE
raiza.rr@hotmail.com

Iris Camilla Bezerra de Lima Vasconcelos

Enfermeira UniFavip | Wyden

End. Rua Doutor José Mariano, n. 276 – Centro - Caruaru-PE
camilla.vasconcelos5@gmail.com

Sheila Juliana Leite Lima

Enfermeira UniFavip | Wyden

End. Rua Alagoinha, n. 25 apt. 201 - Boa Vista I - Caruaru-PE
sheila-juliana@hotmail.com

Janaina Yara Do Nascimento Prestes

Enfermeira UniFavip | Wyden

End. Rua Visconde de Ouro Preto, n. 7 – Indianópolis - Caruaru - PE
jayanapr@gmail.com

Jessica Ferreira Leite

Enfermeira UniFavip | Wyden

End. Rua Visconde de ouro preto, n. 7 - Indianópolis - Caruaru - PE
jess.ferreira.leite@gmail.com

Camila Caroline da Silva

Acadêmica de Enfermagem UniFavip | Wyden

Rua José Eraldo da Silva, n. 304 – Centro – Toritama - PE
camilacarolinec@outlook.com

Marcos André Araújo Duque

Doutor em Biociências pela UFPE

End. Mestre em Biologia Aplicada à Saúde UFPE

Docente do UniFavip | Wyden

Av. Adjar da Silva Casé, n 800 - Bloco A, 3º andar – Indianópolis - Caruaru-PE

marcosduque3@gmail.com

RESUMO

A comunidade LGBT, sofre pelo preconceito descabido da sociedade e na área da saúde com grandes evidências não é diferente. O acesso aos serviços de saúde a essa comunidade é marcado, e os principais motivos da exclusão da população em questão, nos serviços de saúde são; a homofobia (aversão a homossexuais), a discriminação e a heteronormatividade institucional. A presente pesquisa foi realizada com a finalidade de avaliar as dificuldades enfrentadas para implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, nas unidades básicas de saúde da família, do município de Caruaru-PE e constatar que as unidades não dispõem de atendimento e acolhimento adequado para essa comunidade.

Palavras-chave: Política LGBT, Saúde e Dificuldades.

ABSTRACT

The LGBT community, suffers from the misplaced prejudice of society and in the area of health with great evidence is no different. The access to health services to this community is marked, and the main reasons for the exclusion of the population in question in the health services are; homophobia (aversion to homosexuals), discrimination and institutional heteronormativity. The present study was carried out with the purpose of evaluating the difficulties faced in the implementation of the National LGBT Integral Health Policy, in the basic health units of the family of Caruaru-PE, and to verify that the units do not have adequate care and reception for this community.

Keywords: LGBT Policy, Health and Difficulties.

1 INTRODUÇÃO

Instituída pela portaria nº 2.836 de dezembro de 2011, a política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), tem como principal objetivo, promover a saúde integral dessa população, extinguir a discriminação e o preconceito institucional, bem como subsidiar para a redução das desigualdades e o fortalecimento do SUS como sistema universal, integral e equitativo. A política LGBT é formada por um conjunto de diretrizes do qual requer planos incluindo estratégias e metas sanitárias e sua realização necessita de compromissos e desafios das instâncias de governo, principalmente das secretarias estaduais e municipais de saúde, dos conselhos e das áreas do ministério da saúde (BRASIL, 2015).

A população LGBT está posta em um cenário singular com relação a um alto grau de

vulnerabilidade na assistência de seus direitos primordiais englobando a saúde. A prática de condutas direcionadas ao progresso da qualidade do acesso aos serviços e da assistência básica a saúde é imprescindível para garantir a declaração social e cultural da saúde da população LGBT (FREITAS, 2016).

Nossas condutas devem ser pautadas no acolhimento humanizado e no cuidado dessa população, abrangendo, além das necessidades comuns de saúde, demandas específicas que implicam em seu bem-estar com sua identidade gênero e sua orientação sexual (UNA-SUS, 2015).

O acolhimento é um conceito que resulta numa relação cidadã e humanizada, de ausculta qualificada, que se constrói entre o profissional e o usuário, com a resolução das necessidades e na dedicação do atendimento e serviços prestados, proporcionando a qualidade da assistência, respeitando a privacidade de cada usuário (GUERRERO et al, 2013).

A lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, determina que é direito de todos e dever do estado garantir a saúde e assegurar o acesso na sua promoção, proteção e recuperação. A enfermagem deve dispor de uma atuação direcionada pela ética disposta a obedecer aos conceitos doutrinados os quais integram o sistema único de saúde (SUS), contendo assim a inserção de todos os indivíduos, respeitando todas as suas particularidades e especificidades de raça, etnia, gênero, orientação sexual e práticas afetivas.

Os princípios doutrinados do SUS estão baseados na universalidade; determina que todos os cidadãos brasileiros sem qualquer tipo de discriminação têm direito ao acesso, as ações e serviços de saúde, na integralidade; é uma condição integral de compreensão do ser humano e o sistema deve estar apto para ouvir o usuário, atendê-lo, posto em seu contexto social, resolvendo as necessidades dessa pessoa, e na equidade; que garante o direito de igualdade e justiça a todos (HENRIQUE 2015).

A política LGBT se torna um marco histórico para uma população em circunstâncias de vulnerabilidade. Prontamente a implantação dessa política se justifica para tornar possíveis os princípios doutrinários já apresentados, entendendo os impactos da discriminação e da exclusão no processo saúde-doença da população LGBT, comprovando o compromisso do SUS com a população (BRASIL et al, 2017).

Percebe-se que aos poucos o sistema único de saúde, caminha para este acolhimento universal, integral e equitativo, considerando que existem áreas da sociedade que ainda carecem de uma atenção maior. Sem dúvidas o que não pode haver é o estado tomar a iniciativa e ficar na inatividade da política, ou seja, criar a política, entretanto não implementá-la. Nessas

circunstâncias se faz necessário as cobranças e fiscalizações para que seja de fato implementada e não se torne mais uma, em meio a tantas outras (MARTINS; PREUS, 2017).

O acesso ao sistema de saúde é o primeiro e grande desafio enfrentado pela população LGBT, acompanhado pela insegurança de um acolhimento humano, sempre na dúvida de um atendimento livre de qualquer discriminação pela sua identidade de gênero e orientação sexual, que pode ser ainda ligada a fatores como; classe social, cor/etnia, idade, entre outros. Outro importante fator determinante numa atenção integral é apoiado na equidade baseada nos encaminhamentos específicos desse público quando não existe a resolutividade dos problemas, nem serviços necessários na unidade de saúde (PEREIRA, 2015).

No aspecto de um atendimento integral deve se considerar a saúde um enfrentamento onde, ainda existem os agravos decorrentes dos estigmas, da exclusão social e do processo discriminatório, que infringi os direitos humanos, dentre eles o direito a saúde. A falta de um atendimento justo nos serviços de saúde representa um dos principais problemas enfrentados pela população LGBT (CARVALHO, PHILIPPI, 2013).

Para que a Política seja colocada em prática de forma integradora, se faz necessário assumir que é imprescindível o investimento em formação profissional enfocando o desenvolvimento de competências através da comunicação dos profissionais para que eles trabalhem a linguagem sem discriminações em relação a orientação sexual (CARVALHO, PHILIPPI, 2014).

A estratégia de saúde da família (ESF) é a principal porta de acesso a essa população no sistema de atenção à saúde. É essencial uma ampla conscientização por parte dos profissionais das diferentes modalidades que integram o SUS, para que haja um acolhimento distinto dos padrões heterossexuais, além do direito ao livre avanço que inclui a identidade de gênero e a orientação sexual (PEREIRA, 2016).

A importância do objetivo principal foi de encontrar as dificuldades enfrentadas para implementação da política LGBT no município de Caruaru-PE e compreender o atendimento integral a saúde da população LGBT, analisando processos discriminatórios que atuem como obstáculo ao acesso e falta de qualidade nos cuidados ofertados a população LGBT.

2 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa de caráter transversal, fundada em análises de discursos obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas com profissionais enfermeiros da atenção básica de saúde.

A pesquisa foi realizada em 11 unidades básicas de saúde da família no município de Caruaru- PE; UBS - Santa Rosa, UBS - Indianópolis, UBS –Centenário UBS - Caiucá, UBS - unidade mista do Vassoural, UBS-João Mota, UBS - Kennedy, UBS - Vila Padre Inácio, UBS – Boa Vista, UBS – José Carlos de Oliveira, UBS – Encanto da Serra. No período de março a maio de 2018.

Participaram da pesquisa, 18 enfermeiros (as) que se encontram lotados nas unidades básicas de saúde da família do município de Caruaru- PE, nos bairros anteriormente citados, que participaram da pesquisa, assinando o TCLE. Foi utilizado um questionário semiestruturado com perguntas relacionadas às dificuldades dos enfermeiros da atenção básica no atendimento a comunidade LGBT. As perguntas são referentes a tempo de atuação dos (as) Enfermeiro (as), quais os serviços ofertados a população LGBT e quais as dificuldades enfrentadas para um acolhimento adequado a essa população.

Foram incluídos enfermeiros (as) devidamente registrados no conselho de classe, que estavam atuando nos programas de saúde da família nos bairros determinados anteriormente e aqueles que concordaram em assinar o termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foram excluídos enfermeiros (as) que estavam de férias, licença maternidade, e técnicos de enfermagem.

A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética e pesquisa (CEP), com parecer CNS/CONEP nº 466/2012.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Baseado na coleta de dados, observamos que dos 18 profissionais de enfermagem analisados, a prevalência esteve entre o sexo feminino 94,5% (n17), com idade média de 34 a 49 anos 38,9% (n=7). Em relação ao tempo de formação, houve variação de 6 a 20 anos, 61,2% (n=11).

Tabela 1: Características sociodemográficas entre os 18 profissionais Enfermeiros de 11 unidades básicas de saúde da família do município de Caruaru-PE, Brasil, 2018.

Variáveis		N°	%
Sexo	Feminino	17	94,5
	Masculino	1	5,5
	Total	18	100,0
Idade	<33 anos	5	27,7
	34- 49 anos	7	38,9
	>50 anos	6	33,4
	Total	18	100,0
Formação	<6 anos	2	11,1
	6 a 20 anos	11	61,2
	>20 anos	5	27,7
	Total	18	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

Constatou-se que nas unidades básicas de saúde da família do município de Caruaru-PE, não dispõem de um acolhimento adequado com 66,7% (n=12). MELLO, et al.,2011, ressalta no seu estudo que mesmo que os profissionais participantes dessa pesquisa tenham relatado não ter discriminação e preconceito contra a comunidade LGBT, a recusa da responsabilidade assegura o preconceito que se torna invisível.

O estudo evidenciou as dificuldades encontradas por parte dos profissionais enfermeiros, como: preconceito da equipe de saúde quanto aos usuários LGBT; a falta de espaço físico adequado, reservado e acolhedor; educação continuada; profissionais qualificados e falta de informações e formação da política LGBT, 72,2% (n=13). Rolim, 2016 constatou que é imprescindível, que os profissionais de saúde estejam capacitados para um acolhimento e atendimento digno a esses usuários, pois as unidades básicas de saúde deveriam ser a porta de entrada para esse público.

De acordo com os resultados obtidos nessa pesquisa foi evidenciado que as unidades básicas de Caruaru recebem em 77,8% (n=14) os usuários LGBT e que 55,6% (n=10) utilizam os serviços de saúde na identificação de DST's e encaminhamento psicossocial. GARCIA, et al.,2016 concorda com o estudo, quando relata que a procura por atendimento nas UBS são frequentes pela população LGBT, que chegam excepcionalmente a participarem dos programas

específicos de planejamento familiar.

As unidades de saúde da atenção básica em Caruaru baseado nas respostas dos enfermeiros não dispõem e nem oferecem eventos e ações destinadas a este grupo, apresentando 88,9% (n=16). De acordo com o estudo de CAVALCANTI, 2016 ressalta a importância que o SUS, invista, amplie as ações e serviços de saúde, exclusivamente propostos a atender as particularidades da população LGBT.

Foi evidenciada por parte dos profissionais enfermeiros (as), a insatisfação no atendimento prestado 55,6% (n=10). PEREIRA, 2016 afirma que sobre o atendimento e acolhimento prestado a população LGBT ainda existe constantes objeções, em acolher usuários LGBT nos serviços básicos de saúde, pelo simples fato de que muitos profissionais de saúde ainda se sintam desconfortáveis e constrangidos em propiciar atendimento e assistência a usuários do grupo LGBT.

Tabela 2: Resultados obtidos após pesquisa para identificar as dificuldades enfrentadas para implementação da política LGBT, segundo profissionais enfermeiros de unidades básicas de saúde da família do município de Caruaru-PE, Brasil, 2018.

Variáveis	Nº	%
A unidade recebe usuários		
LGBT		
Sim	14	77,8
Não	4	22,2
Total	18	100,0
A unidade dispõe de acolhimento adequado LGBT		
Sim	6	33,3
Não	12	66,7
Total	18	100,0
Dificuldades encontradas		
Sim	13	72,2
Não	5	27,8
Total	18	100,0
Existem serviços destinados a saúde da comunidade LGB		

Sim	10	55,6
Não	8	44,4
Total	18	100,0

A unidade oferece eventos e ações a comunidade LGBT

Sim	2	11,1
Não	16	88,9
Total	18	100,0

É satisfatório o acolhimento prestado a população LGBT

Sim	8	44,4
Não	10	55,6
Total	18	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

Nessa pesquisa ficou evidenciado o preconceito por parte dos profissionais no atendimento à população LGBT em 27,8% (n=5). MARINHO, 2014 concorda com o presente estudo quando afirma que a população LGBT não tem suas demandas e necessidades acolhidas nos serviços básicos de saúde, por conta da discriminação e do preconceito proveniente do contexto cultural e social heteronormativo e que requer esforços do poder público na percepção de superar os obstáculos, dificuldades e propiciar o acesso com qualidade nos serviços básicos de saúde.

Essa pesquisa revela, que a população LGBT ainda tem receios e dificuldades para à procura de serviços básicos de saúde com 22% (n=4). LIMA, et al, 2016 com seu estudo, garante que as particularidades e individualidades da saúde da população LGBT limitam-se, não tendo acesso a uma política que inclua essa comunidade, ao contrário, ela é favorável a recusa a saúde integral da população com preconceitos desde da porta de entrada nos serviços de saúde, até o acolhimento direto através de profissionais despreparados para respeitar suas particularidades e diversidades.

A falta de espaço físico e acolhedor nas unidades básicas de saúde do município de Caruaru se mostrou presente nessa pesquisa com 11% (n=2). OLIVEIRA, 2017 defende o seu estudo e concorda com a presente pesquisa afirmando que em todo âmbito de atendimento na área da saúde a etapa de acolhimento é essencial. O instante da primeira impressão e o serviço de saúde necessita ser leve neste inicial abraço ao seu usuário. O profissional neste momento deve ser isento de juízos de valor e livre de preconceito.

De acordo com a pesquisa a falta de profissionais qualificados para o atendimento da

população LGBT ainda se encontra presente em 5,6% (n=1). Alencar, et al, 2016 ressalta no seu estudo que além de existir a questão sociocultural as dificuldades vão muito mais além, que pode ser explicado pela falta de capacitação, déficit na formação, inexperiência e educação continuada dos profissionais, ao longo da formação acadêmica e profissional.

A educação continuada ainda é um fator que aparece na pesquisa feita para identificar as dificuldades encontradas para o acolhimento LGBT 5,6% (n=1). Segundo CARVALHO e PHILIPPI, 2013 é fundamental um trabalho de capacitação por meio de uma educação continuada com o propósito de facilitar o acolhimento e o ofício a ser executado com a população LGBT.

27,8% (n=5) dos enfermeiros entrevistados afirmam não ter nenhuma dificuldade no aspecto de acolher a população LGBT nas unidades básicas de saúde. CAMPOS e ALVES, 2015 discordam com a referida temática quando afirma no seu estudo que a homofobia governa na sociedade atual que demonstra dificuldades para a confirmação das políticas públicas que propõem-se a garantir direitos que são discriminados e marginalizados diariamente.

Tabela 3: Através da pesquisa realizada com 18 enfermeiros de 11 unidades básicas de saúde da família do município de Caruaru-PE, identificamos as dificuldades encontradas para a implementação da política nacional de saúde integral LGBT.

Variáveis	Nº	%
Preconceito	5	27,8
A falta da procura por atendimento por parte dos usuários LGBT	4	22,2
Falta de espaço físico e acolhedor nas unidades	2	11,0
Profissionais qualificados	1	5,6
Educação continuada	1	5,6
Nenhuma dificuldade encontrada	5	27,8
Total	18	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das circunstâncias de inequidade apresentadas pelos profissionais entrevistados, o estudo expôs as dificuldades na organização e sistematização das unidades básicas do município em promover a inclusão da população LGBT, nos serviços básicos de saúde. Identificaram-se as dificuldades enfrentadas por parte dos profissionais enfermeiros (as) no acolhimento adequado, respeitando as demandas comuns e específicas na individualidade dessa população. A dificuldade de maior prevalência nessa pesquisa foi o preconceito dos profissionais de saúde que aparece com 27,8% (n=5).

A implementação da política no município ainda é inexistente, onde se verificou a falta de capacitações e reciclagem para com os profissionais. Nesse cenário, se faz necessário cobranças e fiscalizações para a implementação da política no município.

O estudo evidenciou a importância de colocar em prática a política, para possibilitar que essa população tenha o devido respeito, e a humanização na promoção, proteção e recuperação com qualidade e resolução de suas necessidades e demandas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR,G.A. et al. **Assistência a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais vítimas de violência nos serviços de saúde.** Saúde e transformação social, Florianópolis, v.7, n.3, p.36-48, 2016.

BRASIL.Portal da Saúde SUS. **Política LGBT.** Brasília, 2015. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/1174-sgep-raiz/lgbt/19323-politica-nacional-de-saude-lgbt>.

BRASIL, UNA-SUS-Universidade Aberta do SUS, **Política Nacional de Saúde Integral LGBT,** 2015. Disponível em: www.unasus.gov.br

BRASIL,M.L.et al. **Política Nacional de Saúde Integral LGBT: Um estudo reflexivo sob a perspectiva dos Princípios doutrinários do SUS.** Rev. Rede de cuidados em saúde.

Universidade Unigranrio, v.11, n.1, Brasil,2017.

CAMPOS, J.L, ALVES,J.L.S. **A invisibilidade da saúde da população LGBT: uma reflexão acerca da homofobia presente nos espaços institucionais de saúde.** Universidade estadual do Ceará, Ceará, 2015.

CARVALHO, L.S; PHILIPPI,M.M. **Percepção de Lésbicas, gays, bissexuais, em relação aos serviços de saúde.** Rev. Universitas, Ciências da saúde,v.11, n.2, Brasília,2013.

CAVALCANTI, A.C, et al. **Acolhimento nos Serviços de Saúde à População LGBT: Uma Revisão Integrativa.** Revista do Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde. Campina Grande Vol. 01, nº 01, P 01- 09, 2016.

FREITAS, F. R. N. N. **Saúde da população LGBT: Da formação Médica à atuação profissional,** Programa de Mestrado em ciência e saúde, Universidade Federal do Piauí-UFPI, Teresina,2016.

GARCIA, F.G, et al. **A política nacional de saúde integral LGBT no Sistema único de Saúde (SUS), BRASIL.** Revista científica do instituto ideia. RJ, n.01,p.117-132, abr/set,2016.

GUERRERO, P.et al. **O acolhimento como boa prática na atenção básica à saúde.** Texto e contexto-Enfermagem, Florianópolis-SC, v.22, n.1, jan/mar,2013.

HENRIQUE, L.M.S. **Representações sociais e integralidade na assistência a saúde da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, transexuais.** Graduação em Enfermagem- Faculdade de ciências da saúde do Trairí, Santa Cruz,2015.

LIMA, M.D.A. et al. **Os desafios a garantia de direitos da população LGBT no sistema único de saúde (SUS).** Revista Interfaces, v.3, n.11, 2016.

MARINHO, M.M.A. **Análise da qualificação dos profissionais de saúde no âmbito da formação acadêmica dos estudantes de medicina de Brasília para o atendimento da população LGBT no sus.** Curso de especialização, Brasília, 2014.

MARTINS, D.A.B; PREUSS,L.T. **Os avanços e desafios de políticas públicas na área da saúde para a comunidade LGBT.** II congresso Internacional de política social e serviço social; desafios contemporâneos. Londrina-PR, Julho,2017.

MELLO, L. et al. **Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade.** Revista latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 9, p. 7-28, Dec. 2011. www.sexualidadedsaludsociedad.org

OLIVEIRA, I.V.P.B. **Agentes comunitários de saúde: O elo entre os estigmatizados e o acesso a saúde.** Dissertação (mestrado). Faculdade de ciências e letras Unesp/Araraquara, Araraquara- SP, 2017.

PEREIRA, E.O. **Acesso e qualidade da atenção a saúde para população LGBT: A visão dos médicos de uma capital do nordeste brasileiro.** Programa de pós- graduação, Faculdade de ciências da saúde-Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ROLIM, A. G. F; et al. **A Realidade de um Serviço de Média Complexidade Para o Público LGBT, voltado para Atenção á Saúde Sexual e Reprodutiva da População : Do Ideal ao Real.** Petrolina-PE, Revista de Extensão da Univasf, Vol. 04, nº 02, P 01- 09 2016.

GIMARÃES, R.C.P. et al. **Assistência a saúde da população LGBT em uma capital brasileira: o que dizem os agentes comunitários de saúde?,** Brasília, março, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18569/tempus.v1i1.2327>